

*Brasília, 07 de julho de 2026*

---

Seleção

---

# Sumário

## CNBC Brasil Online

Segunda-feira, 06 de julho de 2026 | ABPI

**Setor privado tenta evitar escalada tarifária de 25% imposta pelos EUA ..... 3**

## Migalhas

Segunda-feira, 06 de julho de 2026 | Marco regulatório | INPI

**O impacto das marcas de alto renome no PIB nacional ..... 5**

## Economia & Negócios - Estadão

Segunda-feira, 06 de julho de 2026 | Propriedade Intelectual

**Audiência nos EUA: Amcham diz que taxas adicionais podem elevar custo para emp... ..... 7**

## O Estado de S. Paulo

Terça-feira, 07 de julho de 2026 | Propriedade Intelectual

**Pelo menos 4 mil itens vendidos aos EUA podem ter taxa elevada a 37,5%, diz CNI ..... 8**

## O Globo

Terça-feira, 07 de julho de 2026 | ABPI

**Estratégia antitarifaço ..... 10**

## Correio Braziliense - Online

Terça-feira, 07 de julho de 2026 | Direitos Autorais

**O custo invisível da inadimplência nos direitos autorais ..... 12**

## G1 - Globo

Terça-feira, 07 de julho de 2026 | Propriedade Intelectual

**Flávio Bolsonaro participa nesta terça de audiência nos EUA sobre tarifas de Trum... ..... 14**

## Veja.com

Segunda-feira, 06 de julho de 2026 | ABPI

**Audiência sobre tarifaço dos EUA começa hoje; defesa do Brasil focará no Pix ..... 17**

## Consultor Jurídico

Segunda-feira, 06 de julho de 2026 | Marco regulatório | INPI

**Marca que remete ao próprio produto deve tolerar semelhantes ..... 21**

## Revista Fórum - Online

Terça-feira, 07 de julho de 2026 | Propriedade Intelectual

**Tesla, Coca-Cola e eBay pressionam Trump contra tarifaço sobre produtos brasilei... ..... 23**

## Hoje em Dia - Online

Segunda-feira, 06 de julho de 2026 | Marco regulatório | INPI

**UFMG lidera ranking de patentes entre universidades brasileiras com 94 registros... ..... 26**

## Setor privado tenta evitar escalada tarifária de 25% imposta pelos EUA



Começa nesta segunda-feira (6) a audiência pública sobre a proposta do governo de Donald Trump de aplicar uma sobretaxa de 25% sobre a exportação de produtos brasileiros para os Estados Unidos. O setor produtivo nacional acompanha de perto o avanço das medidas protecionistas de Washington.

O debate gira em torno do pacote anunciado em 2 de junho, que atinge setores estratégicos como a indústria de máquinas, calçados e o complexo sucroenergético. Um dia após o anúncio inicial, o governo americano propôs uma taxa adicional de 12,5%, sob a alegação de uso de mão de obra escrava e descumprimento de acordos de desmatamento por parte do Brasil.

Projeções da Confederação Nacional da Indústria (CNI) apontam que, caso as novas alíquotas do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) entrem em vigor, 31,6% das exportações brasileiras para o país serão tributadas em 37,5%, um salto de 27,5 pontos percentuais em relação à tarifa atual de 10%.

### A reação dos setores afetados

A audiência contará com representantes de entidades de classe, como a CNI, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), além de lideranças dos setores de arroz, calçados, etanol, açúcar, mel, ferro-gusa e café.

A Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) contesta os argumentos do USTR. A entidade destaca que os EUA importaram US\$ 3,2 bilhões em maquinário brasileiro em 2025,

registrando um superávit comercial de US\$ 1,2 bilhão nessa relação. A Abimaq ressalta ainda que

máquinas e componentes são bens de capital customizados, integrados a cadeias de suprimentos complexas americanas (como indústria, agricultura e energia) e difíceis de serem substituídos no curto prazo.

No setor sucroenergético, a União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica) será representada pelo ex-secretário de Comércio Exterior Welber Barral. A defesa sustentará que o relatório do USTR apresenta falhas técnicas e utiliza dados de desmatamento desatualizados.

A Unica pontua que a queda no envio de etanol americano ao Brasil se deve a fatores de mercado - como a expansão do etanol de milho brasileiro, câmbio e logística -, e não a políticas tarifárias. A entidade reforça que a sobretaxa ao etanol importado aplicada pelo Brasil não é direcionada aos EUA, e lembra que Washington já adota uma forte política protecionista para sua indústria local.

Siga o Times | CNBC no Google e receba as principais notícias do Brasil e do Mundo.

Siga o Times | CNBC

A Abicalçados, representada pela gerente de Relacionamento e Negócios, Letícia Sperb Masselli, destacará a interdependência dos mercados. O Brasil é o quinto maior produtor de calçados do mundo e o maior fora da Ásia, utilizando insumos americanos em sua produção. A entidade argumenta que o "tarifaço" não expandirá a produção doméstica nos EUA devido à alta dependência de mão de obra do setor; ao contrário, elevará custos para pequenos varejistas e empurrará a demanda de volta para a Ásia, frustrando os planos de Washington de regionalizar suas cadeias de suprimentos.

Já o setor de arroz, defendido pela diretora executiva da Abiarroz, Andressa Silva, argumenta que o produto brasileiro não compete com a commodity de massa no mercado americano. O arroz nacional atende a nichos gastronômicos específicos e comunidades de imigrantes concentradas em estados po-

Continuação: ■

Setor privado tenta evitar escalada tarifária de 25% imposta pelos EUA

pulosos como Flórida, Nova York e Nova Jersey.

O Sindicato da Indústria do Ferro no Estado de Minas Gerais (SINDIFER) também se posicionou contra a taxa de 25%, afirmando que o ferro-gusa brasileiro não possui qualquer relação com os

temas investigados pelo USTR, tais como comércio digital, Pix, tarifas preferenciais ou anticorrupção.

Quanto à acusação de desmatamento ilegal, o sindicato esclarece que o ferro-gusa de seus membros utiliza carvão vegetal proveniente de florestas plantadas, exigindo uma avaliação ambiental que seja feita por fornecedor e produto específico, e não de forma generalizada.

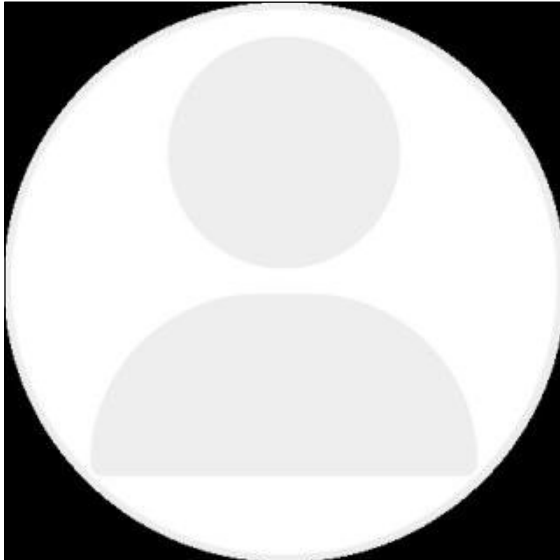
Defesa ambiental e **propriedade intelectual**

Na frente de **propriedade intelectual**, a **Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI)** detalhará as ações coordenadas da Estratégia Nacional de **Propriedade Intelectual** (ENPI) e do **Conselho Nacional de Combate à Pirataria** (CNCP). Como exemplo da repressão ao mercado ilegal, a entidade cita operações da Receita Federal,

como a Operação Blackbeard em São Paulo - que apreendeu R\$ 500 milhões em roupas e calçados - e a retenção de 300 toneladas de produtos falsificados no Porto de Santos em maio de 2026.

Por fim, a CNA rebaterá as acusações de crime ambiental. Em documento entregue ao USTR pela diretora adjunta de Relações Internacionais, Fernanda Maciel Carneiro, a confederação demonstrará que o desmatamento anual na Amazônia caiu pelo quarto ano consecutivo, recuando 56% entre 2021 (13.038 km²) e 2025 (5.796 km²), segundo dados oficiais do sistema Prodes/Inpe. A CNA enfatiza que o desmatamento ilegal é residual e concentrado em propriedades isoladas, não representando a realidade do agronegócio brasileiro, que opera majoritariamente na legalidade e sem alertas ambientais.

# O impacto das marcas de alto renome no PIB nacional



Andressa Guerra Andressa Guerra

O impacto das marcas de alto renome no PIB nacional - O valor intangível e incontestável das marcas de alto renome no Brasil Andressa Guerra e Thaís Guimarães Alves Boyd Estudo do **INPI** revela que marcas de alto renome concentram cerca de R\$ 9 trilhões em valor econômico, reforçando a importância estratégica da proteção da **Propriedade Intelectual** para a inovação, os negócios e a economia brasileira. segunda-feira, 6 de julho de 2026

Atualizado em 3 de julho de 2026 16:20

Em junho de 2026, o **Instituto Nacional da Propriedade Industrial**, divulgou, em nota, uma estimativa do valor econômico das marcas de alto renome protegidas pela Autarquia. Os resultados do estudo "PI Valor", iniciativa que busca aferir valores econômicos ativos intangíveis no segmento de **Propriedade Intelectual**, mostrou que 9 trilhões de reais do PIB nacional corresponde a marcas de alto renome.

De acordo com a LPI, lei de **propriedade industrial**, o reconhecimento do alto renome é concedido e identificado como tal para marcas que possuem notoriedade e prestígio perante o público em geral, além de atenderem a critérios como: tempo de uso, volume de vendas, reconhecimento do público, alcance geográfico e investimento em publicidade.

A vigência do alto renome é de dez anos e, uma vez reconhecida como tal, ela terá proteção em todas as classes e segmentos mercadológicos, uma vez que, ainda como requisito para reconhecimento nesse âmbito, é necessário que a marca seja conhecida perante o público em geral além de seu segmento inicial de atuação.

Diante desse juízo adotado, se uma marca semelhante for apresentada posteriormente, mesmo que não no mesmo ramo de atividade, esta não será passível de registro, visto que pode causar associação indevida com a marca de alto renome já estabelecida no mercado.

Atualmente, mais de 180 marcas são reconhecidas como de alto renome pelo **INPI**, considerando as apresentações nominativas, figurativas, mistas e, também, tridimensionais. O conjunto que soma R\$ 9 trilhões, corresponde a mais de 70% do PIB brasileiro, que atualmente reflete em R\$ 12,7 trilhões. Embora invisível aos olhos do consumidor, esse patrimônio impalpável possui enorme relevância econômica, visto que é significativo e demonstra o impacto vertiginoso e relevante da **Propriedade Intelectual** na economia brasileira. Os ativos de PI vêm ganhando cada vez mais relevância no cenário econômico nacional, reforçando a importância da expansão do conhecimento sobre essa pauta.

No Brasil, a **Propriedade Intelectual** ainda não faz parte da formação da maior parte da população. O tema não é abordado nas escolas e, por isso, muitos empreendedores investem na criação e consolidação de suas marcas sem saber da importância do registro. Em muitos casos, somente percebem os riscos quando enfrentam problemas para proteger um nome já conhecido ou até mesmo para continuar utilizando sua própria marca.

Por isso, iniciativas como essa tem grande relevância. Ao demonstrar que as marcas representam um patrimônio de enorme valor econômico, o **INPI** também contribui para conscientizar a população sobre a necessidade de proteger esses ativos desde o início. A disseminação dessa cultura é fundamental para estimular a inovação, dar mais segurança aos

negócios e fortalecer a proteção da **Propriedade Intelectual** no Brasil.

Andressa Guerra Paralegal especialista em **Propriedade Intelectual** na ClarkeModet Brasil, jornalista com formação em Comunicação Social pela FACHA.

ClarkeModet Brasil Thaís Guimarães Alves Boyd Advogada especialista em **Propriedade Intelectual** na ClarkeModet Brasil, com formação em Direito Processual Civil pela UNESA.

ClarkeModet Brasil

## Audiência nos EUA: Amcham diz que taxas adicionais podem elevar custo para empresas norte-americanas



A entidade, que representa cerca de 3,5 mil empresas, afirmou ainda, por meio de nota, que taxas adicionais podem 'desviar o comércio em favor de concorrentes asiáticos'

Abrir o resumo

Em audiência promovida pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR), a Câmara Americana de Comércio para o Brasil (AmCham Brasil) argumentou que a proposta de aplicar sobretaxas de até 25% sobre determinados produtos brasileiros deve elevar custos para a indústria e os consumidores norte-americanos.

A entidade, que representa cerca de 3,5 mil empresas, afirmou ainda, por meio de nota, que taxas adicionais podem "desviar o comércio em favor de

concorrentes asiáticos, ampliar o déficit comercial dos Estados Unidos com esses países e enfraquecer a influência econômica e comercial norte-americana no Brasil".

**PUBLICIDADE** De acordo com o comunicado, as importações norte-americanas do Brasil são concentradas em insumos industriais, bens intermediários, componentes de máquinas, químicos, produtos de energia, metais e minerais. O texto da Amcham aponta que o Brasil representa mais de 20% do total importado pelos EUA em cerca de 40% das categorias de produtos não isentos de sobretaxas, incluindo itens como gorduras e óleos animais, produtos de madeira, tabaco, obras de pedra e gesso, celulose e papel, além de preparações alimentícias.

A organização listou áreas em que os dois governos podem alcançar progressos por meio de negociações, citando o acesso a mercados para insumos industriais, cooperação regulatória nos setores automotivo e de saúde, comércio digital e proteção à **propriedade intelectual**.

O documento cita ainda a oportunidade de parceria estratégica em minerais críticos no Hemisfério Ocidental, além de cooperação em segurança energética para combustíveis tradicionais e renováveis.

## Pelo menos 4 mil itens vendidos aos EUA podem ter taxa elevada a 37,5%, diz CNI



### Confederação afirma que tarifa adicional de 25% não se justifica sob os aspectos jurídico, econômico e estratégico e defende diálogo

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) prevê que, caso os Estados Unidos adotem as novas propostas de taxação contra o Brasil de 25% e 12,5%, cerca de 4.187 produtos exportados pelo Brasil poderão ser afetados, alcançando o equivalente a US\$ 14,9 bilhões em exportações.

Segundo a CNI, todos esses produtos estão hoje submetidos a tarifa adicional temporária de 10% prevista na Seção 122 da legislação comercial americana, e que estará vigente até dia 24 deste mês.

Responsável pelas investigações com base na Seção 301 da legislação comercial americana (veja mais informações nesta página), o Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês) iniciou ontem audiência pública para avaliar supostas práticas ilegais de empresas brasileiras. Nesse caso, a sugestão é de aplicação de sobretaxa de 25%. Em outro processo, o Brasil aparece envolvido em acusações de trabalho forçado, com a ameaça de tarifa de 12,5%.

Se as duas novas propostas forem adotadas, haverá um acréscimo de 27,5 pontos percentuais sobre esses bens, dos quais 62% são bens intermediários, utilizados como insumos em processos produtivos.

Nesse caso, a taxação contra o Brasil chegaria a 37,5%.

Para o presidente da CNI, Ricardo Alban, novas tarifas contra o Brasil também vão elevar custos para empresas, consumidores e cadeias produtivas dos Estados Unidos. "O aumento das tarifas compromete uma relação comercial construída ao longo de décadas e prejudica empresas dos dois países. Estamos falando de cadeias produtivas altamente integradas, nas quais muitos produtos brasileiros são essenciais para a indústria norte-americana", explica.

**EXCEÇÕES.** Segundo Alban, a entidade espera ao menos conseguir aumentar o número de produtos brasileiros isentos de tarifas americanas por meio das audiências públicas. "Se conseguirmos fugir de eventuais impactos ou efeitos da geopolítica sobre essa decisão, que a gente consiga contornar", disse ele. "Mesmo assim, na pior das hipóteses, que é (a implementação das tarifas) no dia 15, a gente aumenta substancialmente as exceções."

Alban classificou as tarifas adicionais como "exagero" e avaliou que o déficit comercial do Brasil com os EUA deve viabilizar uma reversão das tarifas. "Temos de manter o diálogo, temos de esperar que o governo possa manter o diálogo dentro dessa lógica técnica, sabendo que toda uma geopolítica está envolvida", disse. "A imposição de uma tarifa adicional de 25% não se justifica sob os aspectos jurídico, econômico e estratégico. A CNI defende que o diálogo e a cooperação bilateral são o caminho mais adequado para preservar uma relação sólida entre os dois países", reforça Alban.

O embaixador brasileiro Roberto Azevêdo representará a CNI hoje na audiência pública, em Washington, sobre a proposta de tarifa adicional de 25% contra produtos brasileiros. Dos 80 inscritos para falar na audiência, 66 devem se posicionar contra a medida.

<b>Ferramenta permite ação unilateral dos EUA

</b>

<b>O que é

Continuação: Pelo menos 4 mil itens vendidos aos EUA podem ter taxa elevada a 37,5%, diz CNI

&lt;/b&gt;

A Seção 301 é um dos instrumentos mais poderosos da legislação comercial americana. Ele é utilizado pelo governo para apurar práticas consideradas prejudiciais aos interesses econômicos do país e, se considerar as acusações procedentes, impor medidas de retaliação que vão de sobretaxas a restrições comerciais

&lt;b&gt;

&lt;/b&gt;

&lt;b&gt;Brasil na mira

&lt;/b&gt;

A ferramenta foi usada pelo Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês) para investigar políticas brasileiras em áreas como comércio digital, serviços de pagamento eletrônico, propriedade intelectual, acesso ao mercado de etanol, combate à corrupção e desmatamento ilegal

&lt;b&gt;

&lt;/b&gt;

&lt;b&gt;Conclusão

&lt;/b&gt;

O USTR concluiu que essas práticas impuseram obstáculos ao comércio exterior americano e recomendou a aplicação de novas tarifas sobre parte das exportações brasileiras

&lt;b&gt;

&lt;/b&gt;

&lt;b&gt;Histórico

&lt;/b&gt;

Criada pela Lei de Comércio de 1974, a Seção 301 surgiu como um mecanismo para proteger empresas e exportadores americanos de práticas consideradas desleais no comércio internacional. A legislação autoriza o USTR a abrir investigações por iniciativa própria ou a partir de reclamações apresentadas por empresas, associações empresariais ou outros órgãos do governo

&lt;b&gt;

&lt;/b&gt;

&lt;b&gt;Como funciona

&lt;/b&gt;

De acordo com a Lei de Comércio de 1974 dos EUA, o dispositivo prevê a análise

de atos, políticas ou práticas classificadas como "injustificáveis", "irracionais" ou "discriminatórias" e que, na avaliação de Washington, impõem restrições ao comércio americano. Durante o processo, o USTR pode realizar consultas, promover audiências públicas e receber contribuições de empresas, entidades setoriais e outros interessados antes de apresentar suas conclusões

&lt;b&gt;

&lt;/b&gt;

&lt;b&gt;Críticas

&lt;/b&gt;

Embora a Organização Mundial do Comércio (OMC) possua mecanismos próprios para solucionar disputas comerciais, a Seção 301 preserva a capacidade de atuação unilateral dos Estados Unidos. Por isso, a ferramenta é frequentemente alvo de críticas de países que a veem como uma forma de pressão econômica exercida fora dos canais multilaterais tradicionais

&lt;b&gt;

&lt;/b&gt;

&lt;b&gt;Queda de braço

&lt;/b&gt;

A Seção 301 ganhou projeção internacional nos últimos anos ao servir de base para as medidas adotadas pelos Estados Unidos contra a China durante o primeiro mandato do presidente Donald Trump (2017-2021). As investigações resultaram em tarifas sobre centenas de bilhões de dólares em produtos chineses e deram início a uma guerra comercial entre as duas maiores economias do mundo

&lt;b&gt;Perspectiva

Presidente da entidade diz que taxas adicionais são 'exagero' e afirma que é preciso ter "lógica técnica"

## Estratégia antitarifaço



### AUDIÊNCIA PÚBLICA DO USTR

Empresas pedem para ficar de fora da taxaço; Brasil aposta em negociação entre governos

SÉRGIO ROXO, JENIFFER GULARTE, GLAUCE CAVALCANTI, ROBERTO MALFACINI JR., PAULO RENATO NEPOMUCENO E ANA CAROLINA DINIZ

O primeiro dia da audiência pública promovida pelo Escritório do Representante de Comércio dos EUA (USTR, na sigla em inglês) foi marcado por pedidos de empresas para que seus negócios sejam classificados como exceção ao tarifaço de 25% ameaçado pelo governo Donald Trump e argumentos do setor produtivo de que a sobretaxa recairia sobre o consumidor americano, além de elevar custos a empresas e reduzir investimentos no país.

A sessão é considerada a última etapa pública da investigação comercial aberta pelos EUA antes da decisão final, prevista para o dia 15. O governo enviou uma observadora da embaixada do Brasil em Washington para acompanhar a sessão, mas o Itamaraty não trata a audiência como canal de negociação, e sim um espaço para ouvir a sociedade civil e o empresariado.

O governo Lula aposta na negociação para resolver o impasse, por meio de nova reunião com o representante comercial, Jamieson Greer, além da oferta

de redução de alíquotas para setores cujos mercados são dominados pelos americanos. Mesmo assim,

alas do governo mostram pessimismo. A avaliação é que, de olho nas eleições de outubro, o governo Trump não teria interesse em dar vitória política a Lula.

Impasse. Trump e Lula em encontro no ano passado: decisão definitiva sobre tarifaço deve sair até o próximo dia 15. Brasil teme influência política na decisão

Em viagem aos EUA, o senador e presidenciável Flávio Bolsonaro (PL-RJ) participa hoje do segundo dia de audiência, depois de apresentar documento de 86 páginas ao USTR pedindo a suspensão das tarifas, a exclusão do Pix da disputa comercial e a abertura de negociação bilateral entre Brasil e EUA. No texto, sustenta que a sobretaxa fortaleceria politicamente o presidente Lula e que sanções individuais contra autoridades brasileiras seriam mais eficazes.

RISCO PARA 4.187 PRODUTOS Já o Planalto avalia que, se as tarifas não forem impostas, o pré-candidato do PL tentará capitalizar o mérito, dizendo que atuou junto à gestão Trump. Se isso ocorrer, auxiliares de Lula afirmam que farão a disputa da narrativa.



Para tentar driblar a influência de fatores políticos, o governo apresentou um pacote de medidas que pretende adotar para contemplar os seis temas citados na conclusão da investigação com base na Seção 301 da Lei de Comércio americana. As iniciativas são chamadas de "mapa do caminho" e abrangem comércio digital, tarifas preferenciais, combate à corrupção, proteção à **propriedade inte-**

**lectual**, etanol e desmatamento ilegal. A ideia é reduzir tarifas para importação de produtos de setores dominados pelos EUA, como máquinas, equipamentos de saúde e tecnologia da informação.

O texto contém propostas, mas não trata do Pix, um dos pontos citados. Estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) projeta que, se as novas tarifas ameaçadas por Trump entrarem em vigor - a de 25%, e a de 12,5% referente a uma investigação sobre trabalho forçado à qual o Brasil respondeu ontem (leia mais abaixo) - , cerca de 4.187 produtos exportados pelo país serão afetados, o equivalente a US\$ 14,9 bilhões em exportações.

O diretor-geral do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), Marcos Matos, defendeu a manutenção da isenção tarifária para o café verde e o café torrado e moído, além da inclusão do café solúvel na lista de exceções. O argumento é que o café solúvel é usado na fabricação de bebidas prontas para consumo e ajuda a manter a estabilidade de preços ao consumidor. Para Matos, os integrantes do USTR indicaram maior abertura para compreender os impactos das medidas sobre a cadeia produtiva americana:

- Há uma janela de oportunidade. É otimismo com moderação, mas há um contexto que não existia ano passado.

Andressa Silva, diretora executiva da Associação Brasileira da Indústria de Arroz (Abiarroz), avaliou o ambiente como receptivo e defendeu que o produto fique de fora: - A pergunta foi por que o arroz produzido nos EUA não substitui o brasileiro. Explicamos que isso ocorre por preferência e perfil dos consumidores atendidos. Falamos sobre potenciais impactos sobre pequenas e médias empresas americanas que atendem a comunidade latina e do potencial aumento de custo ao consumidor americano.

**IMPACTO NEGATIVO AOS EUA** A União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica) disse que a política brasileira para o etanol está em linha com regras internacionais, com a tarifa de importação de 18% compatível com regra da Organização Mundial do Comércio (OMC).

A Amcham Brasil, Câmara de Comércio Americana no Brasil, centrou sua argumentação na perspectiva dos EUA, mostrando que a sobretaxa teria efeitos negativos para a economia americana, com aumento de custos e perda de competitividade do setor produtivo, relatou Abrão Neto, presidente da entidade.

O professor de Economia e Finanças da FGV Gustavo Pessoa participou como representante da sociedade civil. Ele avalia que boa parte das manifestações foi favorável ao Brasil, mas citou o discurso de Jenna Stanton, diretora de Política e Assuntos Públicos da Associação de Pecuaristas dos EUA, como um dos mais contundentes. Ela associou produtos brasileiros ao desmatamento, à corrupção e ao trabalho ilegal e defendeu que a carne passasse a ser tarifada.

Já Rodrigo Ouro Preto Santos, vice-presidente da **Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI)**, reforçou que o país tem legislação atualizada e cumpre as regras da OMC. Ele citou o plano de combate ao estoque de pedidos de **patentes** no **INPI**. A fila, diz, encolheu de mais de 147 mil pedidos, em 2019, para 527 no início do ano.

Até gigantes americanas como Coca-Cola, Tesla e eBay recomendaram a não adoção de tarifas sobre produtos brasileiros, em comentários enviados no dia 1º ao USTR. O argumento central é que as tarifas poderiam prejudicar o fornecimento, a produção e o comércio de seus itens nos EUA.

}

## O custo invisível da inadimplência nos direitos autorais



A sustentabilidade do ecossistema movimentado pela indústria musical está ameaçada devido ao aumento da inadimplência no pagamento dos **direitos autorais** pela utilização pública de músicas

Isabel Amorim - superintendente executiva do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) Siga o canal do Correio Braziliense no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular.

A música movimenta a economia brasileira de diversas formas. Ela é a grande atração das nossas mais importantes manifestações culturais, como o carnaval e o São João, e dos megashows de renomados artistas nacionais e internacionais. A música contribui para o movimento de bares, hotéis e restaurantes e está presente nas estratégias de venda das grandes marcas, por meio da publicidade. A indústria musical fomenta o entretenimento e impulsiona o turismo, aquece as economias locais e garante renda para milhares de trabalhadores, de dentro e de fora desse ambiente de negócio. Mas a sustentabilidade desse ecossistema está ameaçada devido ao aumento da inadimplência no pagamento dos **direitos autorais** de execução pública musical - o que compromete a justa remuneração de compositores, intérpretes, músicos e profissionais da indústria criativa. Fique por dentro das notícias que importam para você! SIGA O CORREIO BRAZILIENSE NO SIGA O CB NO

Dados do Ecad (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição) indicam que, em 2025, a inadim-

plência atingiu cerca de 23% dos valores referentes à utilização pública de músicas. Quando considerada toda a base cadastral do Ecad - incluindo débitos históricos, cobranças ajuizadas e cadastros inativos -, esse percentual pode atingir 29%. Esses números reforçam a importância de um trabalho permanente de conscientização, negociação e regularização conduzido pelo Ecad em todo o país. Ao contrário do que muitos imaginam, a atuação da instituição não começa na esfera judicial. O diálogo é sempre o primeiro caminho. A judicialização só ocorre quando todas as tentativas de negociação se esgotam. E os resultados desse trabalho têm sido importantes. O Ecad conseguiu reverter cenários históricos de inadimplência em tradicionais festas juninas do Nordeste, incluindo eventos no Recife e em Caruaru (PE), que estavam há cerca de 20 anos sem pagar os **direitos autorais** pela utilização pública de músicas. Mas, mesmo assim, o problema ainda persiste em muitas localidades e em todas as regiões. Nesse contexto, a temporada das festas juninas torna esse debate urgente e relevante, porque, no Nordeste, os festejos aparecem entre os segmentos com maior participação na inadimplência regional, representando 11,5% do total. A inadimplência afeta de maneira desigual diferentes regiões e segmentos econômicos. O Sudeste concentra a maior participação no total da inadimplência nacional, com 41%, seguido pelo Nordeste, com 26,9%. Estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná registram os maiores índices. São Paulo responde, sozinho, por 22,6% de toda a inadimplência do país. Diante desse cenário, o Ecad intensificou a adoção de medidas de combate ao uso irregular de músicas em eventos e estabelecimentos comerciais. Só este ano, a Justiça determinou, por exemplo, a regularização do pagamento de **direitos autorais** para shows em Caraguatatuba (SP), concedeu decisão favorável ao Ecad em ação contra o Festival Viva Garanhuns 2026 (PE) e reforçou a obrigatoriedade do licenciamento prévio para eventos com execução pública musical, em Ouro Preto (MG). Em Fortaleza, a Justiça decretou a interrupção da execução musical

em locais em atraso com o pagamento de **direitos autorais** até a regularização dos débitos. No Amazonas, uma das maiores empresas de eventos do estado foi condenada a pagar parte de uma dívida de valor expressivo e proibida de realizar novos shows sem autorização dos compositores.

Orçamento das agências reguladoras: finalmente uma boa notíciaEssas decisões reforçam que o pagamento dos **direitos autorais** não é opcional. Trata-se de uma obrigação prevista na Lei nº 9.610/98, um mecanismo essencial para garantir que compositores, intérpretes e demais titulares sejam remunerados pela utilização de suas obras.**Marcas** patrocinadoras também podem exercer um papel decisivo nesse cenário. Ao priorizar o apoio a eventos adim-

plentes e comprometidos com o pagamento dos **direitos autorais**, contribuem para o fortalecimento da cadeia da música e para o desenvolvimento da cultura brasileira. Um evento sustentável também é aquele que respeita artistas e compositores. Defender os **direitos autorais** é defender a produção cultural no país. Afinal, por trás de cada música executada em um palco, arraial, bar, restaurante ou evento público, existe o profissional que vive da criação artística. Esse trabalhador precisa, como qualquer outro, que sua obra, resultado do seu trabalho, seja respeitada e remunerada de forma justa, como determina a lei.

## Flávio Bolsonaro participa nesta terça de audiência nos EUA sobre tarifas de Trump a produtos brasileiros



Senador deve se posicionar contrário à tarifa de 25% sobre produtos brasileiros e a qualquer medida relacionada ao PIX brasileiro. Prazo para acordo acaba em 15 de julho.

O senador e pré-candidato à Presidência, Flávio Bolsonaro (PL), participa nesta terça-feira (7) de audiência pública do Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR) que trata sobre as tarifas propostas pelo governo Donald Trump a produtos brasileiros.

Durante a audiência, que acontece em Washington, o pré-candidato à Presidência deve se posicionar de forma contrária à tarifa de 25% sobre produtos brasileiros e a qualquer medida relacionada ao PIX brasileiro. O senador desembarcou na capital americana neste domingo (5).

Flávio tem se colocado à frente de assuntos internacionais e articulado com representantes do governo do presidente norte-americano Donald Trump. Contudo, a atuação é independente e não tem relação com o Itamaraty.

A lista de participantes também inclui o embaixador Roberto Azevedo, que representa a Confederação Nacional da Indústria (CNI), Letícia Sperb Masselli, da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), entre outros.

Na semana passada, ao enviar uma manifestação ao Escritório dos Representantes de Comércio dos Estados Unidos (USTR), Flávio afirmou que o Pix não substitui cartões de crédito, e sugeriu que o

meio de pagamento não seja conectado a sistemas não ocidentais.

O USTR é o órgão responsável por formular e negociar a política comercial dos EUA. Ele conduz investigações sobre práticas consideradas prejudiciais ao comércio americano e pode recomendar medidas como a imposição de tarifas.

O senador pediu ainda que os Estados Unidos adiem as tarifas contra o Brasil por 180 dias, e sugeriu que as taxas de 25% sejam tomadas só após as eleições. Para ele, as sanções prejudicam investimentos dos EUA no país.

..

No documento, o pré-candidato à Presidência diz ainda que o tarifaço aplicado pelos Estados Unidos anteriormente não surtiu efeitos positivos e não mudou o comportamento das autoridades brasileiras.

Para o senador, as investidas tarifárias da gestão Trump contra o Brasil tem, ao contrário, fortalecido politicamente, em um ano eleitoral, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que tem enquadrado as ações no campo econômico como ataques à soberania nacional.

"As tarifas propostas recompensariam o atual governo brasileiro pela própria estratégia que tem adotado: obstruir negociações sérias, provocar retaliações e, em seguida, converter essa retaliação em uma vitória política interna. Pior ainda, os custos recairiam sobre a economia americana e sobre os brasileiros mais comprometidos com o relacionamento construtivo com os EUA", diz outra parte da carta.

Governo envia observadores

O governo brasileiro decidiu não se inscrever para discursar na audiência pública sobre o tarifaço proposto pelo governo de Donald Trump, que acontece nesta segunda-feira (6) e terça-feira (7).

Mesmo assim, a embaixada em Washington enviará representantes, na condição de observadores, para que o governo tome ciência dos argumentos. As in-

Continuação: Flávio Bolsonaro participa nesta terça de audiência nos EUA sobre tarifas de Trump a produtos brasileiros

formações são do Ministério das Relações Exteriores.

O entendimento do governo brasileiro é que este espaço, das audiências públicas, não é o adequado para negociação real, e sim, as conversas técnicas e de alto nível que têm havido nas últimas semanas e que estão programadas para os próximos dias.

Na semana passada, por exemplo, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Marcio Elias Rosa, teve uma conversa com o representante do escritório comercial dos EUA, Jamieson Greer. Após a reunião, Rosa informou que novas conversas estão previstas para os próximos dias.

Nesses encontros entre autoridades brasileiras e americanas voltados à negociação, o governo apresentou uma proposta de encaminhamento acerca dos pontos levantados pelos EUA, mas ainda não recebeu resposta formal.



Flávio Bolsonaro vai aos EUA defender o PIX e diz Flávio Bolsonaro vai aos EUA defender o PIX e diz

O prazo é 15 de julho para ser fechado um acordo.

Diante disso, o próprio governo brasileiro vem dizendo que corre contra o tempo para chegar a um entendimento com o governo americano, mostrando os dados da relação comercial e do combate ao desmatamento, por exemplo.

Na semana passada, o governo do presidente Lula enviou uma resposta formal à investigação dos norte-americanos.

No documento, assinado pelo ministro Mauro Vieira (Relações Exteriores), o Brasil afirma que o USTR não comprovou que atos, políticas ou práti-

cas brasileiras sejam discriminatórios ou imponham barreiras ao comércio dos Estados Unidos.

O ministro afirma ainda que as críticas do governo americano ao PIX e a decisões da Justiça brasileira não têm relação com comércio, mas com divergências sobre políticas internas.

PIX, STF, redes sociais: entenda as críticas dos EUA para propor tarifa de 25% e os argumentos do Brasil.

Sob reserva, integrantes do governo dizem não acreditar na reversão completa do tarifaço, somente em uma eventual redução ou anúncio de exceções.

Nos bastidores, a avaliação de integrantes do Palácio do Planalto e do Itamaraty é que a recomendação feita pelo USTR tem caráter político e desconsidera os argumentos técnicos apresentados pelos negociadores ao longo do último ano.

Entenda o caso

No início de junho, o USTR concluiu uma investigação aberta com base na Seção 301 da Lei de Comércio de 1974 e concluiu que determinadas políticas brasileiras seriam "irracionais" ou "restritivas" ao comércio americano.

Como consequência, propôs a aplicação de uma tarifa adicional de 25% sobre produtos brasileiros.

O relatório cita temas como o funcionamento do PIX, a regulação de plataformas digitais, acordos comerciais firmados pelo Brasil, combate ao desmatamento ilegal, acesso ao mercado de etanol, proteção à **propriedade intelectual** e políticas anticorrupção.

Paralelamente, outra investigação conduzida pelos EUA concluiu que dezenas de países, incluindo o Brasil, não estariam fiscalizando adequadamente a entrada de mercadorias produzidas com trabalho forçado. Nesse caso, o governo americano propôs uma sobretaxa adicional de 12,5%.

A proposta tem como base a Seção 301, o mesmo instrumento legal utilizado para embasar a sugestão de impor tarifas de 25% sobre produtos brasileiros.

Antes de entrar em vigor, porém, a medida também passará por consulta pública. O governo americano realizará uma audiência pública nos dias 6 e 7 de julho para discutir a proposta.

Na avaliação de órgãos do governo brasileiro, as duas medidas podem ser cumulativas, elevando a taxa total para até 37,5% sobre parte dos produ-

tos exportados aos EUA.

A proposta ainda não entrou em vigor. Antes de qualquer medida ser implementada, o governo americano precisa concluir o processo de consultas públicas. O prazo final para a definição e eventual aplicação de medidas corretivas contra o Brasil é 15 de julho.

Caso sejam confirmadas, as tarifas poderão atingir parte das exportações brasileiras aos EUA, embora o governo americano já tenha sinalizado uma lista de exceções para produtos considerados estratégicos, incluindo café, carne, frutas, aeronaves, fertilizantes e minerais críticos.

Estados Unidos

## Audiência sobre tarifaço dos EUA começa hoje; defesa do Brasil focará no Pix



O pré-candidato Flávio Bolsonaro está entre os depoentes da audiência pública

Priorizar nos meus resultados Google

A audiência pública sobre o tarifaço de 25% imposto pelos Estados Unidos a produtos brasileiros começa nesta segunda-feira, 6, e será concluída oficialmente na terça-feira, 7. A programação reúne representantes do setor produtivo, integrantes do governo Lula e parlamentares. Entre os participantes está o senador e pré-candidato à Presidência Flávio Bolsonaro, que deve discursar no segundo dia do evento. Na defesa brasileira, o foco estará no Pix e na argumentação de que a tarifa acabaria elevando os custos para empresas e consumidores americanos.

A sessão tem início às 11h (horário de Brasília). A primeira a se manifestar será Andressa Silva, da Associação Brasileira da Indústria do Arroz (Abiarroz). Ao longo do dia, também estão previstas as participações de Marcelo Schunn Junqueira, da Sociedade Rural Brasileira, Stefano Mozzi, da Bauducco Foods Inc., e do jornalista e empresário Paulo Figueiredo. Na terça-feira, a agenda inclui Flávio Bolsonaro, o ex-diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) e embaixador Roberto Azevêdo, representando a Confederação Nacional da Indústria (CNI), além de outros representantes da indústria brasileira.

Na defesa apresentada aos Estados Unidos, o governo brasileiro concentra seus argumentos na investigação sobre o Pix. Em documento enviado ao Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR) na última quarta-feira, 1º,

o Brasil classifica a medida como um "remédio inapropriado", solicita que Washington abandone as sanções unilaterais e rebate a alegação de que o sistema de pagamentos favoreceria empresas nacionais em detrimento de concorrentes americanos.

Segundo o Itamaraty, essa interpretação é equivocada. O documento afirma que o marco regulatório do Pix é neutro e se aplica igualmente a instituições financeiras nacionais e estrangeiras.

"Longe de excluir empresas estrangeiras, o Pix ampliou o mercado e criou novos pontos de entrada para provedores privados, incluindo empresas dos EUA como Google Pay e Visa", afirma o texto.

O governo brasileiro também contesta outro ponto central da investigação: a avaliação de que o Banco Central atua simultaneamente como regulador e operador do sistema de pagamentos, criando uma vantagem competitiva para o Pix.

Na resposta encaminhada ao USTR, o Brasil sustenta que o sistema foi concebido como uma infraestrutura pública de acesso aberto para ampliar a concorrência, reduzir custos e promover a inclusão financeira. O documento acrescenta que a participação é permitida a empresas que atendam aos requisitos regulatórios, independentemente da origem do capital, e destaca a atuação de companhias americanas no próprio ecossistema do Pix.

Outro argumento apresentado é que a Seção 301 da Lei de Comércio dos Estados Unidos, utilizada pela gestão de Donald Trump para abrir a investigação, não autoriza a adoção de sanções apenas porque Washington discorda de decisões regulatórias tomadas por outro país.

"O governo do Brasil solicita que o USTR se abstenha de impor medidas unilaterais como resultado desta investigação", afirma o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, no documento.

Além do Pix, a manifestação brasileira rebate críticas americanas relacionadas ao combate à corrupção, à proteção da **propriedade intelectual**, ao acesso ao mercado de etanol e às políticas ambien-

tais.

O governo afirma que mantém um amplo regime de combate à corrupção, destaca compromissos internacionais assumidos pelo país e ressalta ações recentes de fiscalização contra o desmatamento

ilegal. Também sustenta que a tarifa aplicada ao etanol está em conformidade com as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) e não discrimina produtos americanos.

O que dizem os Estados Unidos?

O governo americano, por sua vez, afirma que o Pix recebe tratamento preferencial e cria condições desiguais para empresas dos Estados Unidos. Segundo Washington, o Banco Central obriga instituições financeiras com mais de 500 mil contas a oferecerem o Pix e determina que a ferramenta seja exibida na tela principal dos aplicativos das instituições participantes, com destaque igual ou superior ao de qualquer outro serviço de pagamento ou transferência.

"O Banco Central incentiva o uso do Pix em detrimento de outros serviços, exigindo que as instituições participantes ofereçam o Pix gratuitamente a pessoas físicas e limitando as tarifas que podem ser cobradas de empresas pelas transações realizadas no sistema", afirma o documento.

"Os atos, políticas e práticas do Brasil relacionados ao tratamento preferencial concedido ao Pix são injustos e discriminatórios", sustenta o governo Trump.

Outro ponto levantado pelos Estados Unidos é a venda de **produtos piratas** na Rua 25 de Março, em São Paulo, utilizada como um dos argumentos para justificar a imposição das tarifas de 25% sobre produtos brasileiros.

No documento, o governo americano reconhece que as autoridades brasileiras reforçaram a fiscalização na região, mas afirma que ainda são necessárias punições mais rigorosas para quem fabrica ou comercializa mercadorias falsificadas.

"O Brasil intensificou as atividades de fiscalização realizadas na Rua 25 de Março. No entanto, ainda há espaço para penalidades mais severas para a **falsificação**, pois a falta de punições dissuasivas permite que essas práticas ilegais continuem com consequências insignificantes", afirma o texto.

Segundo Washington, o Brasil ainda não conseguiu implementar uma política de combate à **pirataria** de forma consistente e permanente. Para o governo americano, a **falsificação** continua disseminada, o que justificaria ações contínuas de fiscalização ao longo do ano.

"A falha do Brasil em aplicar efetivamente suas leis penais contra produtos falsificados - incluindo a falta de penalidades de nível dissuasor e o número insuficiente de agentes alfandegários destacados nos pontos de fronteira - prejudica os investimentos de empresas americanas", diz o documento.

Os Estados Unidos também fazem críticas às políticas brasileiras relacionadas ao etanol, ao combate à corrupção, às tarifas de importação e ao desmatamento ilegal.

Para economistas ouvidos por VEJA, o novo tarifaço de 25% proposto pelo presidente dos Estados Unidos pode afetar cerca de 8,4 bilhões de reais em exportações brasileiras destinadas ao mercado americano.

De acordo com o ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Márcio Elias Rosa, a medida atingiria aproximadamente 21% das exportações brasileiras para os Estados Unidos. Apesar da defesa que será apresentada durante as audiências, a possibilidade de um acordo ainda é considerada remota. A seguir, confira a programação completa dos dois dias de audiência pública.

#### PAINEL 1

Andressa Silva, Associação Brasileira da Indústria do Arroz (Abiarroz)

Mark Bitting, Gehring Montgomery, Inc.

Vinicius Vanzella, SAGMA

Marcelo Schunn Junqueira, Sociedade Rural Brasileira

Mark Wilson, U.S. Grains & BioProducts Council

Andrew LaVigne, American Seed Trade Association

#### PAINEL 2

Paulo Wenceslau, FN USA Inc.

Bill Bullard, Ranchers Cattlemen Action Legal Fund United Stockgrowers of America (R-CALF USA)

Justin Tupper, United States Cattlemen's Association

Fernanda Carneiro, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Dan Haney, Alltech, Inc.

PAINEL 3

Marcos Matos, Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé)

José Luiz Pimenta Junior, Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel (Abics)

William Murray, National Coffee Association

João Marcelo Messas, Associação Brasileira dos Exportadores de Mel

Joelma Lambertucci de Brito, Lambertucci Trade Solution

Beth Hughes, American Apparel & Footwear Association

\*\*\*\*\* INTERVALO \*\*\*\*\*`

PAINEL 4

Kristina Rosales, Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham Brasil)

James Poole, Obelisk Tech Systems

Anne McKinney, Câmara de Comércio dos Estados Unidos (U.S. Chamber of Commerce)

Paulo Figueiredo

Stefano Mozzi, Bauducco Foods Inc.

Jody Bickett, Wholesome Sweeteners

PAINEL 5

Arlen Penner, Prairie Imports LLC

Andrew Sargeantson, Sunland Trading, Inc.

Michael Carle, Sweet Harvest Foods

Clint Hagen, American Sugarbeet Growers Association & U.S. Beet Sugar Association

Mark Tasman, Peachtree Playthings, Inc.

Marni Karlin, Stonyfield Organic

PAINEL 6

Melinda St. Louis, Public Citizen

Dan Anthony, We Pay the Tariffs

Vinicius Nunes Pinto

Gustavo Pessoa

Ashley Amidon, International Wood Products Association

PAINEL 7

Rodrigo A. de Ouro Preto Santos, **Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI)**

Chris Bliley, Growth Energy

Matthew Frostic, National Corn Growers Association

Edward Hubbard, Renewable Fuels Association

Andrea Almeida, União Nacional do Etanol de Milho (UNEM)

Welber Barral, União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (UNICA)

Terça-feira, 7 de julho de 2026

PAINEL 8

Flávio Bolsonaro, senador brasileiro

Embaixador Roberto Azevêdo, Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Letícia Sperb Masselli, Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados)

Matt Priest, Footwear Distributors & Retailers of America (FDRA)

Peter Grueterich, JPT Group LLC / Bernardo Footwear

PAINEL 9

Pete Ruggiero, Crayola LLC

Jonathan Gold, National Retail Federation

Lauren Gray, Dillard's Inc.

Embaixador Roberto Azevêdo, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)

Tim Tarpley, Energy Workforce & Technology Council

PAINEL 10

Embaixador Roberto Azevêdo, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)

Alais Coluchi, Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimentos, Louças Sanitárias e Congêneres (Anfacer)

Wilton José Machado, Brasil Minérios

João Baroni, Engemasa Engenharia e Materiais Ltda.

Atom Saverse, Isoltek International Corporation

Timothy Brightbill, Coalition of American  
Millwork Producers

\*\*\*\*\* INTERVALO \*\*\*\*\*`

#### PAINEL 11

Colby Slaughter, Rayonier Advanced Materials,  
Inc.

Homero Busnello, Tecumseh do Brasil Ltda.

Nils Kah, SHF Yachts LLC (operando como Schae-  
fer Yachts)

Bret Vorhees, Taurus Holdings Inc.

Timothy Bauer, Amyris Inc.

Mark Kaplan, Consolidated Mill Supply

#### PAINEL 12

Tessa Capeloto, Century Aluminum

Kyle Lundin, Mesabi Metallics

Celso Figueiredo, Sindicato da Indústria do Ferro  
no Estado de Minas Gerais (Sindifer)

Brandon Farris, Steel Manufacturers Association

Fernando Staudt, Altus Sistemas de Automação  
S.A.

Wagner Parente, Associação Brasileira da Indústria  
de Máquinas e Equipamentos (Abimaq)

#### PAINEL 13

Peter Barry, WEG Electric Corp.

Matthew Barron, Sylvamo

Welber Oliveira Barral, Indústria Brasileira de  
Árvores (Ibá)

Celso Figueiredo, Klabin S.A.

Patrick Bloom, Cleveland-Cliffs Inc.

Barry Schneider, Steel Dynamics Inc.

#### PAINEL 14

Fabio Cruz, Centrrochas (Associação Brasileira de  
Rochas Naturais)

James Hieb, Natural Stone Institute (NSI)

Janelle Edmonds, Wisenbaker Builder Services Inc.

James Durbin, Portobello America

Gian Carlo Almeida Marodin, Associação Brasilei-  
ra da Indústria de Madeira Processada Mecânica-  
mente (Abimci)

## Marca que remete ao próprio produto deve tolerar semelhantes



Palavras públicas Marca que remete ao próprio produto deve tolerar concorrentes semelhantes

As marcas "fracas" ou "evocativas", que guardam relação direta com o produto ou serviço comercializados, têm baixo grau de distintividade e, portanto, devem suportar o ônus da coexistência com marcas semelhantes.

Com base nesse entendimento, a 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) negou provimento à apelação cível de uma marca comercializadora de aparelhos e instrumentos relacionados à eletricidade.

A situação fática envolve uma disputa por uso de marca entre empresas que atuam no mesmo segmento, uma em Ribeirão Preto (SP), a "Resispar", e outra em Curitiba (PR), a "Resipar" (sem o s).

A "Resispar" (empresa paulista) propôs ação para a impedir a empresa paranaense de usar a marca semelhante e requereu indenização no valor de R\$ 10 mil por danos morais.

Inconformada com o juízo de primeira instância que considerou a ação improcedente, a empresa paulista recorreu ao TJ-SP sustentando a preliminar de cerceamento de defesa.

Alegou ser titular da marca mista "Resispar" perante o **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** desde 2019 e defendeu a exclusividade do uso da marca em território nacional. Argu-

mentou, ainda, que a semelhança fonética e nominativa entre "Resispar" e "Resipar" é apta a ludibriar o consumidor.

A empresa ré defendeu a manutenção da sentença. A companhia paranaense alegou que usa o nome desde 1993, tendo, portanto, a anterioridade de fato. Argumentou que as marcas têm apresentação visual diversa, inexistindo, assim, prova de prejuízo ou confusão por parte dos clientes.

Sem violação marcária

O relator do caso, desembargador Sérgio Shimura, negou provimento ao recurso da empresa paulista por considerar que não restou caracterizado no caso a chamada violação marcária. O julgador destacou que, por ser mista, a proteção da marca da autora deve ser interpretada à luz de seus elementos constitutivos, ou seja, visuais, fonéticos, cores, entre outros.

Quanto à análise comparativa dos logotipos, incluindo cores e fontes, o entendimento do relator é de que há suficiente distintividade entre as marcas, o que afasta o argumento de confusão no mercado consumidor ou desvio de clientela.

Em relação ao nome da marca propriamente dito, o desembargador concluiu que a locução "Resispar", contida na marca mista da autora, é expressão de "uso comum, genérica, fraca e meramente evocativa" e remete diretamente às resistências elétricas, objeto de exploração comercial das partes.

"No caso, tem-se que a expressão isolada não constitui marca registrada de forma exclusiva, não sendo passível, pois, de proteção isolada", decidiu. "Nesse contexto, a doutrina e jurisprudência, ao tratarem de "marcas fracas ou evocativas", que guardam relação direta com o produto ou serviço, entende que devem suportar o ônus da coexistência."

O magistrado destacou que a ré usa o nome fantasia "Resipar" desde 1993, décadas antes do registro da autora em 2019, conjuntura que, segundo ele, permite a convivência das marcas.

---

Continuação: Marca que remete ao próprio produto deve tolerar semelhantes

O relator também afastou a alegação de cerceamento de defesa. Segundo ele, o requerimento de julgamento antecipado da lide pela parte autora é incompatível com a alegação de cerceamento. O entendimento do tribunal é de que o acervo probatório é suficiente para a análise do caso.

para ler o acórdão

Apelação Cível 1000071-59.2025.8.26.037

## Tesla, Coca-Cola e eBay pressionam Trump contra tarifaço sobre produtos brasileiros



Empresas dos EUA pedem que governo Trump não aplique tarifas contra o Brasil enquanto Flávio Bolsonaro vai a Washington para pedir interferência da Casa Branca nas eleições brasileiras

00:00 A+ A-

Ler o resumo da notícia Tesla, Coca-Cola, Nestlé e eBay enviaram manifestações ao USTR pedindo a revogação de tarifas sobre produtos brasileiros.

As empresas argumentam que o "tarifaço" proposto pelo governo Trump elevaria custos de insumos e prejudicaria cadeias produtivas nos EUA.

Coca-Cola solicitou a manutenção da isenção para suco de laranja e extensão ao limão, enquanto Tesla destacou a falta de alternativas domésticas para café e colágeno.

O USTR publicou um "Aviso de Conclusões" propondo uma barreira tarifária dupla com base na Seção 301 da Lei de Comércio dos EUA.

Gigantes corporativas dos Estados Unidos, entre elas Tesla, Coca-Cola, Nestlé e eBay, enviaram manifestações formais ao Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) contra a aplicação de novas tarifas sobre produtos importados do Brasil. As cartas foram protocoladas no dia 1º de julho, prazo final da consulta pública aberta pelo órgão no âmbito da investigação da Seção 301.

Ao todo, ao menos 365 manifestações de empresas, associações e cidadãos chegaram ao USTR contra a

taxação proposta sobre importações brasileiras. O argumento central das corporações é que o tarifaço, apresentado pelo governo Donald Trump como

medida de pressão contra o Brasil, atingiria diretamente a própria economia estadunidense, encarecendo insumos, desorganizando cadeias produtivas e elevando custos para empresas e consumidores nos EUA.

As manifestações foram enviadas ao USTR às vésperas da abertura, nesta segunda-feira(6), das audiências públicas sobre a proposta que prevê alíquotas adicionais de 12,5% e 25% sobre mercadorias brasileiras. A decisão final está prevista para 15 de julho.

Empresas alertam para prejuízo aos próprios EUA

A Coca-Cola pediu ao USTR que mantenha a isenção tarifária já existente para insumos de laranja importados do Brasil e que conceda tratamento equivalente ao limão, também utilizado em suas fórmulas.

Segundo a empresa, a tributação adicional "poderia provocar interrupções nas cadeias de suprimentos" e "elevaria os custos de produção no país". A companhia pediu ainda que qualquer decisão do órgão "seja direcionada e operacionalmente viável, de forma a alcançar esses objetivos sem causar interrupções desnecessárias à indústria americana de alimentos e bebidas".

Segundo a plataforma ComexStat, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, os Estados Unidos são o maior importador de suco de laranja congelado do Brasil, com US\$ 139 milhões exportados em 2026.

A Tesla também se manifestou contra as tarifas. A montadora afirmou que, embora tenha "investido bilhões de dólares para estabelecer uma cadeia de fornecimento robusta e verticalmente integrada nos Estados Unidos", determinados insumos críticos "ainda não podem ser obtidos nos Estados Unidos na escala e com a qualidade necessárias para sustentar uma manufatura americana competitiva".

A empresa pediu "medidas cuidadosamente calibradas" que levem em conta as limitações reais das cadeias de suprimentos, em vez de tarifas generalizadas que, segundo a montadora, prejudicariam trabalhadores e consumidores americanos antes que o mercado interno consiga se adaptar.

A Nestlé foi além e solicitou a ampliação da lista de produtos isentos. A empresa pediu a inclusão específica do café instantâneo não aromatizado e do colágeno bovino importados do Brasil.

O argumento da multinacional é que o café em grão não pode ser cultivado em escala comercial no território continental dos Estados Unidos e que o Brasil é o principal exportador global de colágeno bovino.

O eBay apresentou um documento de treze páginas pedindo isenção para produtos usados de origem brasileira comercializados na plataforma. A empresa argumentou que as tarifas criariam custos fixos de importação capazes de superar o valor das próprias mercadorias, inviabilizando operações de pequenos revendedores estadunidenses.

A plataforma também sustentou que taxar bens de segunda mão não pressionaria fabricantes brasileiros, já que eles já receberam pelo produto no momento da venda original. O efeito prático, segundo o eBay, seria empurrar consumidores para itens novos, muitos deles também importados do Brasil.

O tarifaço em discussão

O USTR publicou um "Aviso de Conclusões" propondo uma barreira tarifária dupla com base na Seção 301 da Lei de Comércio dos Estados Unidos.

A primeira alíquota, de 12,5%, se apoia na alegação de que o Brasil e mais de 60 países falharam em impedir adequadamente a circulação de produtos fabricados com trabalho forçado.

A segunda, de 25%, parte do argumento de que o governo brasileiro adota práticas que "oneram ou restringem" o comércio com os norte-americanos. Entre os pontos citados pelo órgão estão comércio digital, serviços de pagamento eletrônico - como o Pix, tarifas preferenciais, combate à corrupção, **propriedade intelectual**, acesso ao mercado de etanol e desmatamento ilegal.

O governo Lula reagiu com dureza. Por meio do chanceler Mauro Vieira, o Itamaraty enviou carta ao USTR classificando as conclusões da investigação estadunidense como "errôneas", "arbitrárias" e

sem respaldo nas evidências apresentadas pelo Brasil ao longo do processo.

O documento brasileiro argumenta que medidas punitivas unilaterais baseadas na Seção 301 violam as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), que prevê o uso de mecanismos formais de solução de controvérsias antes de qualquer retaliação unilateral.

O cálculo eleitoral de Flávio Bolsonaro

É nesse ambiente de pressão econômica e tensão diplomática que o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) tenta reposicionar seu discurso em Washington.

O pré-candidato à presidência desembarcou nos Estados Unidos no domingo (5) para participar da audiência pública do USTR, com cerca de cinco minutos cronometrados de fala. Antes mesmo de subir ao painel, ele havia protocolado no órgão, na última semana, um documento de 86 páginas pedindo a suspensão das tarifas por 180 dias, a exclusão do Pix da disputa e a abertura de uma negociação bilateral.

A manobra tem um componente eleitoral explícito. Flávio passou a sustentar nos Estados Unidos que o tarifaço prejudicaria empresas brasileiras e estadunidenses, mas também beneficiaria Lula politicamente. Em transmissão ao vivo feita em Washington ao lado do irmão Eduardo Bolsonaro, o senador afirmou que o presidente brasileiro seria "o único no mundo" interessado na tarifação porque ela poderia render ganhos políticos ao governo.

O problema, para Flávio, é que a tentativa de se apresentar agora como opositor do tarifaço esbarra no histórico recente da própria família Bolsonaro. O clã notadamente estimulou a pressão de Washington contra o Brasil. A proposta de tarifa foi apresentada pouco depois de Flávio se reunir com autoridades de alto escalão dos EUA, em uma sequência que levou Lula a acusá-lo de ajudar a provocar a medida.

Na prática, Flávio tenta fazer controle de danos. Depois de atuar no campo político que incentivou a escalada de Trump contra o Brasil - ao lado de Eduardo, que já vinha defendendo pressões e sanções norte-americanas contra autoridades brasileiras -, o senador agora busca convencer Washington a adiar a medida para depois das eleições de outubro.

Isso porque, se as tarifas forem impostas antes da disputa presidencial, Lula poderá explorar o episó-

dio como ataque à soberania nacional e responsabilizar a família Bolsonaro pelo prejuízo à economia brasileira. Ou seja, o tarifaço que nasceu como instrumento de pressão contra o governo Lula pode virar combustível eleitoral para o próprio Lula.

#### Pix no centro da disputa

Um dos pontos mais sensíveis da ofensiva dos EUA é o Pix, sistema de pagamentos instantâneos criado pelo Banco Central e amplamente utilizado no Brasil.

No documento enviado ao USTR, Flávio defendeu que o Pix seja mantido distante de sistemas internacionais de pagamento considerados "não ocidentais", numa referência direta à China. A proposta foi apresentada como forma de atender preocupações dos Estados Unidos com a eventual integração do sistema brasileiro a redes alternativas de liquidação internacional.

Para o governo Lula, a posição de Flávio representa uma tentativa de entregar a soberania financeira brasileira a interesses estrangeiros. O Planalto classificou a iniciativa como "entreguismo" e passou a usar o episódio como exemplo da submissão de bolsonarista aos interesses da Casa Branca.

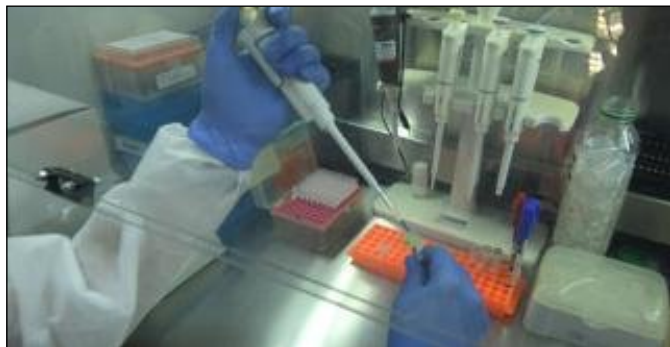
#### Risco de ação militar dos EUA no Brasil

A mobilização das empresas norte-americanas contra o tarifaço ocorre em um momento de tensão diplomática que ultrapassa a disputa comercial.

Documento oficial assinado pelo ministro Mauro Vieira alerta para o "risco" de o governo Trump usar "força militar" contra o território brasileiro, após Washington classificar unilateralmente as facções criminosas Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) como organizações terroristas internacionais.

Na semana passada, o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos congelou bens de dois brasileiros e de quatro empresas por supostas ligações com o PCC.

## UFMG lidera ranking de patentes entre universidades brasileiras com 94 registros em 2025



A UFMG foi a universidade brasileira que mais registrou patentes de invenção em 2025. Ao todo, foram 94 depósitos no **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**, número que garantiu a liderança entre as universidades do país e a terceira colocação no ranking geral - que inclui empresas, universidades e institutos de pesquisa -, atrás apenas da Stellantis Automóveis Brasil e da Petrobras.

O resultado foi divulgado pelo **INPI** no Ranking de Depositantes 2025 e representa um novo recorde para a universidade, superando a marca de 92 depósitos registrada em 2016, quando também liderou o levantamento nacional entre as instituições de ensino superior.

Segundo o reitor da UFMG, Alessandro Fernandes Moreira, o desempenho reflete o trabalho desenvolvido pela universidade ao longo dos anos na produção e proteção do conhecimento científico. "Esse resultado comprova mais uma vez a robustez do nosso ecossistema de inovação. Somos uma universidade que produz, protege e licencia o seu conhecimento, gerando benefícios concretos para a sociedade. A inovação é parte integrante do nosso ethos institucional", afirma.

A liderança é atribuída ao trabalho da Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica (CTIT), responsável por orientar pesquisadores na proteção da **propriedade intelectual** e aproximar as pesquisas da iniciativa privada. Para o diretor da CTIT, Rudolf Huebner, o resultado demonstra a importância do suporte oferecido aos grupos de pesquisa e reforça o compromisso da universidade em ampliar a transferência de tecnologia para a sociedade.

Desde 1992, a UFMG já acumula mais de 1.580 pedidos de patentes junto ao **INPI**. Desse total, mais de 160 tecnologias já foram licenciadas ao mercado, permitindo que pesquisas desenvolvidas na universidade sejam transformadas em produtos, processos e soluções com aplicação prática.

# Índice remissivo de assuntos

|                                |                                                    |
|--------------------------------|----------------------------------------------------|
| ABPI .....                     | 1,2,8,9,15,16,17,18                                |
| Direitos Autorais .....        | 10,11                                              |
| Marco regulatório   INPI ..... | 3,4,8,9,19,20,24                                   |
| Patentes .....                 | 8,9                                                |
| Pirataria .....                | 1,2                                                |
| Propriedade Industrial .....   | 3,4,19,20,24                                       |
| Propriedade Intelectual .....  | 1,2,3,4,5,6,7,8,9,12,13,14,15,16,17,18,21,22,23,24 |